

A vaga no STF

Rogério L. Furquim Werneck*

No calor do debate, nunca é demais lembrar o óbvio. A prerrogativa que a Constituição atribui ao presidente é a de indicar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Não a de nomeá-los. A nomeação só ocorrerá se o nome for aprovado pelo Senado. Tendo descuidado de seu apoio parlamentar, o Planalto percebe agora quão difícil se tornou preencher a vaga aberta no STF com o nome indicado pelo presidente.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu tese de doutorado na Universidade de Brasília, em 2024, sobre tema bastante vasto: “O Centro de Governo e a AGU: estratégias de desenvolvimento do Brasil na sociedade de risco global”. Não é preciso ter formação em Direito para entender com clareza suas mais de 300 páginas, nas quais o autor deixa entrever seus preconceitos (quem não os têm?) e sua visão de mundo.

É bem possível que a tese esteja sendo esmiuçada no Senado, seja pelos próprios senadores seja por seus assessores. Por limitação de espaço, concentro-me aqui no trecho inicial de uma seção sobre “ultroliberalismo” com o qual senadores de centro-direita dificilmente concordariam.

“A crise de 2015 e 2016 trouxe de volta, para o centro do governo, o liberalismo dos anos 1990, desta vez sem o tempero social da Constituição Cidadã. [...] Os governos lograram desregular o mercado de trabalho, reformar de maneira profunda a previdência social, enfraquecer os sindicatos, esvaziar os estoques de alimentos da Conab, reduzir os desembolsos do BNDES e direcionar o Cade para coibir a ação da Petrobras, que, por sua vez, passou a definir seu preço com bases em flutuações no valor internacional do barril de petróleo, beneficiando os importadores e as refinarias menos eficazes às custas do consumidor brasileiro. A reforma do Estado não parou por aí. O Banco Central tornou-se independente. Em 2016, a aprovação do Teto de Gasto desfigurou a Constituição de 1988.” (p. 94)

Não falta no País quem concorde com esse relato do que ocorreu após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Trata-se de narrativa negacionista de trânsito fácil no PT, com a qual comungam milhares de pessoas. Mas nenhuma delas está prestes a passar pelo crivo de uma bancada majoritária de senadores de centro-direita.

Jorge Messias tem 45 anos. Se aprovado, poderá permanecer no STF até 2055. Por que mesmo senadores de centro-direita alçariam ao Supremo um candidato que, dez anos depois do colossal descarrilamento da economia perpetrado por Dilma Rousseff, continua aferrado a uma visão tão torta da penosa reconstrução que então se fez necessária?

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.